



Uma educação «à la Garrett»?

Manuel Filipe Canaveira

AOS QUARENTA ANOS O ILUSTRE PARLAMENTAR setembrista e reputado escritor Almeida Garrett passeava o seu dandismo pelos salões românticos de Lisboa. As revistas de moda viam nele um modelo consumado de elegância masculina¹ e, no dizer algo irónico da gíria alfacinha, qualquer cavalheiro que se prezasse deveria vestir «à la Garrett»; ou seja, usar fraque, colete acolchoado, calça de casimira, chapéu alto, bengala com castão de prata e outros adornos de fino quilate. A «garretização» dos fúteis foi, sem dúvida, o êxito mais imediato que Garrett, talvez involuntariamente, alcançou em vida; menos bem sucedida foi a sua ambição de educar as plateias, porque a burguesia lisboeta, para sua grande tristeza, preferiu sempre as vulgaridades histrionicas do «teatro de cordel» aos imponentes personagens dos seus dramas históricos – *Aplaudam bárbaros!*, terá um dia gritado em pleno Teatro Nacional durante uma récita da sua protegida Emília das Neves a um público endinheirado mas indiferente ao talento da artista².

Tratou-se de uma luta inglória. Logo após a sua morte em finais de 1854, a tão celebrada *regeneração* do teatro português, em que pusera tanto empenho, soçobrava em larga medida, dando lugar aos dramalhões românticos dos seus epígonos menores, gente sem estro apenas interessada em ouvir as palmas dos espectadores incultos, emocionados com os sentimentalismos pequeno-burgueses ou excitados – quiçá se perversamente – com as historietas sórdidas do chamado «drama de actualidade»³. Por ocasião da comemoração portuense do primeiro centenário do nascimento de Garrett (2-6-1902), a cerimónia realizada no Teatro S. João primou pela falta de imaginação, tendo a memória do escritor sido evocada, conforme escrevia na época o correspondente do *Conimbricense*, num «*extenso discurso entusiástico, recheado de frases de seguro efeito oratório, conquistando muitos aplausos*»⁴. No ano seguinte, em Lisboa, quando

da trasladação dos restos mortais de Almeida Garrett para o Mosteiro dos Jerónimos (3 de Maio de 1903), as festas oficiais primaram por idêntica falta de inventiva, com os costumados cortejos, desfiles militares, discursos ministeriais de circunstância (ciclicamente *interrompidos com bravos*), entendiantes tiradas oratórias de *distintos* deputados, missas solenes, preleções académicas que caíram no olvido...⁵

A falta de verve da intelectualidade finisse-clar não teria decerto surpreendido o «Garrett educador» – do qual, sublinhe-se, ninguém se lembrou naquela ocasião, ao invés do que sucedeu com o político, o dramaturgo e o poeta. De facto, ele deveria saber que é fácil alimentar as vaidades do mundo mas muito custoso transformar as consciências e infundir o gosto pelas artes, sobretudo se as pessoas forem, na sua esmagadora maioria, incultas e avessas à novidade, como sucedia em Portugal, onde abundavam analfabetos bacocos e bacharéis pedantes, moldados na sumamente conservadora *Alma Matter* coimbrã:

«Ora eu, que sou ministerial do Progresso, antes queria a oposição dos frades que a dos barões. O caso estava em a saber conter e aproveitar.

O Progresso e a Liberdade perdeu, não ganhou.

Quando me lembra tudo isto; quando vejo os conventos em ruínas, os egressos a pedir esmola e os barões de berlinda, tenho saudades dos frades – não dos frades que foram, mas dos frades que podiam ser.

E sei que me não enganam poesias; que eu reajo fortemente com uma lógica inflexível contra as ilusões poéticas, em se tratando de coisas graves.

E sei que me não namoro de paradoxos, nem sou destes espíritos de contradição desinquieta, que suspiram sempre pelo que foi, e nunca estão contentes com o que é.

Não, senhor; o frade, que é patriota e liberal na Irlanda, na Polónia, no Brasil, podia e devia sê-lo entre nós, e nós ficávamos muito melhor do que estamos com meia dúzia de clérigos de requiem para nos dizer missa, e com duas grosas de barões, não para tal oposição salutar, mas para exercer toda a influência moral e intelectual da sociedade, porque não há outra cá.

E, se não, digam-me: onde estão as universidades, e o que faz essa que há, senão dar o seu grau de bacharel em Leis e em Medicina? O que escreve ela, o que discute, que princípios tem, que doutrinas professa, quem sabe ou ouve dela senão algum eco tímido e acanhado do que noutra parte se faz ou diz?

Onde estão as academias?

Que palavra poderosa retine nos púlpitos?

Onde está a força da tribuna?

Que poeta canta tão alto que o oiçam as pedras brutas e os robres duros desta selva materialista a que os utilitários nos reduziram?»⁶.

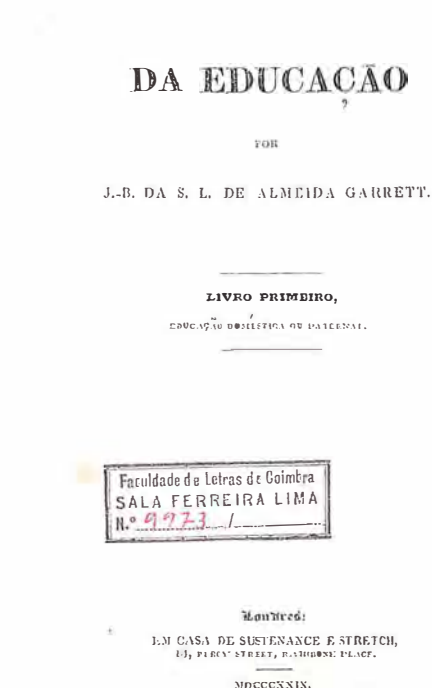
Uf! Estas frases provocam-nos frémito, pois bastariam algumas alterações de pormenor para se tornarem actuais.

Reformar a sociedade pela educação

As acerbas críticas dirigidas à Universidade de Coimbra por Garrett, onde cursou Direito, surgem em muitos outros escritos e têm o valor que têm; ou seja, convém não as levar à letra⁷, pois é do conhecimento geral que ele foi um aluno malquistado com os lentes, provavelmente atribuindo a estes e aos métodos de ensino coimbrão insuficiências próprias, facilmente observáveis nos seus escritos juvenis⁸. O «Garrett educador» não avulta nestas frases agastadas, mas sim no ideal cívico – e intrinsecamente liberal – de que o *ensino público* é condição *sine qua non* para libertar a sociedade de uma ancestral indigência alimentada pelo obscurantismo e superstição⁹.

A percepção de que o estabelecimento do novo regime constitucional exigia profundas alterações sócio-económicas, só possíveis se precedidas de uma reforma educativa, esteve sempre presente no espírito de Garrett. Em pleno vintismo, ainda um jovem de vinte e poucos anos, chefiou a repartição do ensino público do Ministério dos Negócios do Reino e, no desempenho dessas funções administrativas, aproveitou, como viria mais tarde a escrever no *Da Educação* (1829), teve o ensejo de «adquirir muita informação sobre os diversos estabelecimentos nacionais», procurando «observar o bom e mau dos sistemas e leis que os regulam»¹⁰. Esse tirocínio permitiu-lhe escrever esta espécie de «tratado» ciropédico – algo *sui generis* para a época, saliente-se –, prova de que mesmo nas agruras do exílio, quando outros assuntos mais instantes o preocupavam, jamais perdeu de vista a imperiosa necessidade de reformar os estudos em Portugal¹¹. Ainda as armas miguelistas resistiam na lezíria ribatejana e já ele, porventura influenciado pelo afã legislativo de Mouzinho da Silveira, se apressava a publicar na imprensa liberal o *Plano de Reforma Geral dos Estudos* que lhe fora solicitado pela regência¹², documento oficial destinado a lançar as bases de uma *instrução pública liberal*¹³; decorrido um lustro, no dia de Ano Novo de 1840, embora confrontado com as inevitáveis desilusões supervenientes aos excessivos entusiasmos, inclui nos estatutos de uma sociedade defensora da monarquia constitucional, de que era sócio fundador, o dever do estado educar os cidadãos: «A sociedade promoverá com solicitude a instrução pública, e especialmente a popular e primária. O desleixo em tão importante matéria é talvez a maior ugnomínia dos nossos vinte anos de revoluções»¹⁴.

Estas afirmações não eram apenas norteadas por sentimentos filantrópicos – a referida agremiação tinha outros *fins* –, mas também por



Da Educação. Folha de rosto do «Livro Primeiro, Educação Doméstica ou Paternal». Londres, Sustenance e Stretch, 1829. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fotografia de Isabel Rochinha.

intuitos políticos. Com efeito, Garrett no «tratado» *Da Educação* já se mostrava consciente das vantagens que a educação *doméstica e pública* proporcionavam à sociedade¹⁵, mormente na legitimação e manutenção do modelo sócio-económico vigente, porque, em seu entender, «é mau cidadão o que [...] não tem um ofício, e má educação dá a seus filhos o pai que lhes não faz ensinar um, seja qual for; segundo suas posses, hierarquia e inclinação»¹⁶. Esta visão, dominada por uma concepção intrinsecamente «utilitarista» (baseada no ideal de felicidade social¹⁷), separa desde logo os tipos de educação que convêm aos cidadãos e aos rurais, porque, enquanto os lavradores têm por principal missão o cultivo das suas terras, os que não

possuem propriedades só poderão prover ao seu sustento se aprenderem um mester, pois, nas suas lúcidas palavras (em meu entender ainda hoje válidas), «*todo o ofício que não é “embandeirado” [carpinteiro, alfaiate, marceneiro...] tira a independência ao homem da natureza, e o faz escravo da sorte e dos caprichos do mundo*»¹⁸. A independência dos indivíduos, que para o comum dos mortais, na opinião de Garrett, só pode ser atingida através do desempenho de uma profissão socialmente reconhecida, leva-o a propugnar uma educação polivalente que dê a cada um a oportunidade de poder superar as vicissitudes da fortuna¹⁹. O povo português, contudo, era iletrado – em 1890, várias décadas após o falecimento de Garrett, o analfabetismo rondava os 76%²⁰ –, sendo por esse motivo mais necessário um ensino *especulativo* do que *mecânico*²¹, orientado para a criação de uma elite intelectual liberal formada por bons manuais baseados em obras estrangeiras de mérito mas *apropriados aos costumes e circunstâncias* nacionais²².

A conveniência de uma reforma ortográfica urgente inscreve-se, aliás, neste dever patriótico de conferir dignidade à cultura portuguesa. Portugal surge, na pena de Garrett, como sendo um país desditado onde a língua, *formada há séculos*, sofre as consequências negativas de uma ignominiosa *anarquia*²³, só passível de poder ser ultrapassada mediante o estabelecimento de uma ortografia oficial baseada no «*princípio [...] da etimologia modificada pela pronúncia*»²⁴, apreciação que, uma vez mais, deixa transparecer as convicções liberais do redactor, pois, mormente em Portugal, o liberalismo sempre procurou conciliar a modernidade científica com a tradição. A *linguagem pura e legítima portuguesa*, por conseguinte, por definição *simples e casta*, tanto rejeita os *barbarismos estrangeiros e gazetices* como os arcaísmos medievos, revendo-se no bom estilo dos seiscentistas²⁵, afirmação

denunciadora, a nosso ver, da formação essencialmente clássica de Garrett²⁶, obtida na juventude devido ao contacto com o seu tio Frei Alexandre da Sagrada Família, o famoso árcade Sílvio que frequentava os salões de Alcipe.

Cinco regras ditadas pelo bom-senso, seguidas de algumas mais para a pontuação e acentuação (em particular dos ditongos orais), bastariam, segundo Garrett, para terminar com uma situação onde «*cada um ortografa como bem lhe apetece e apraz, sem mais regra que o capricho, antes o acaso, e sem ao menos seguir com uniformidade qualquer método*»²⁷. Não está em causa a validade deste contributo para a longuíssima discussão sobre a questão ortográfica que agitou o Portugal oitocentista e só veio a ser resolvida em definitivo pelo novo regime republicano em 1911, mas devemos reconhecer a pouca originalidade de Garrett neste domínio, pois todas as admoestações, soluções e alternativas enunciadas, seguem de perto as já expendidas na *Ortografia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* do filólogo jesuíta José de Morais Madureira Feijó – obra publicada em 1734 e várias vezes reeditada (1739, 1781, 1786, 1797, 1802, 1814, 1815, 1818, 1824, 1836 e 1861) – cuja existência o nosso educador parece pretender omitir, pois é impensável que a desconhecesse²⁸.

O principal preconceito dos liberais no início do século XIX foi o de terem sempre considerado o Antigo Regime uma época de obscurantismo e superstição. Esta convicção, afirmada de forma peremptória quando se visava demonstrar o carácter tirânico do absolutismo régio, persuadiu-os que a missão histórica da geração nascida após a Revolução Francesa era inaugurar uma nova idade sobre os escombros do «Despotismo». Garrett não escapou a esta ilusão e, no «tratado» *Da Educação*, deixa transparecer a petulância de

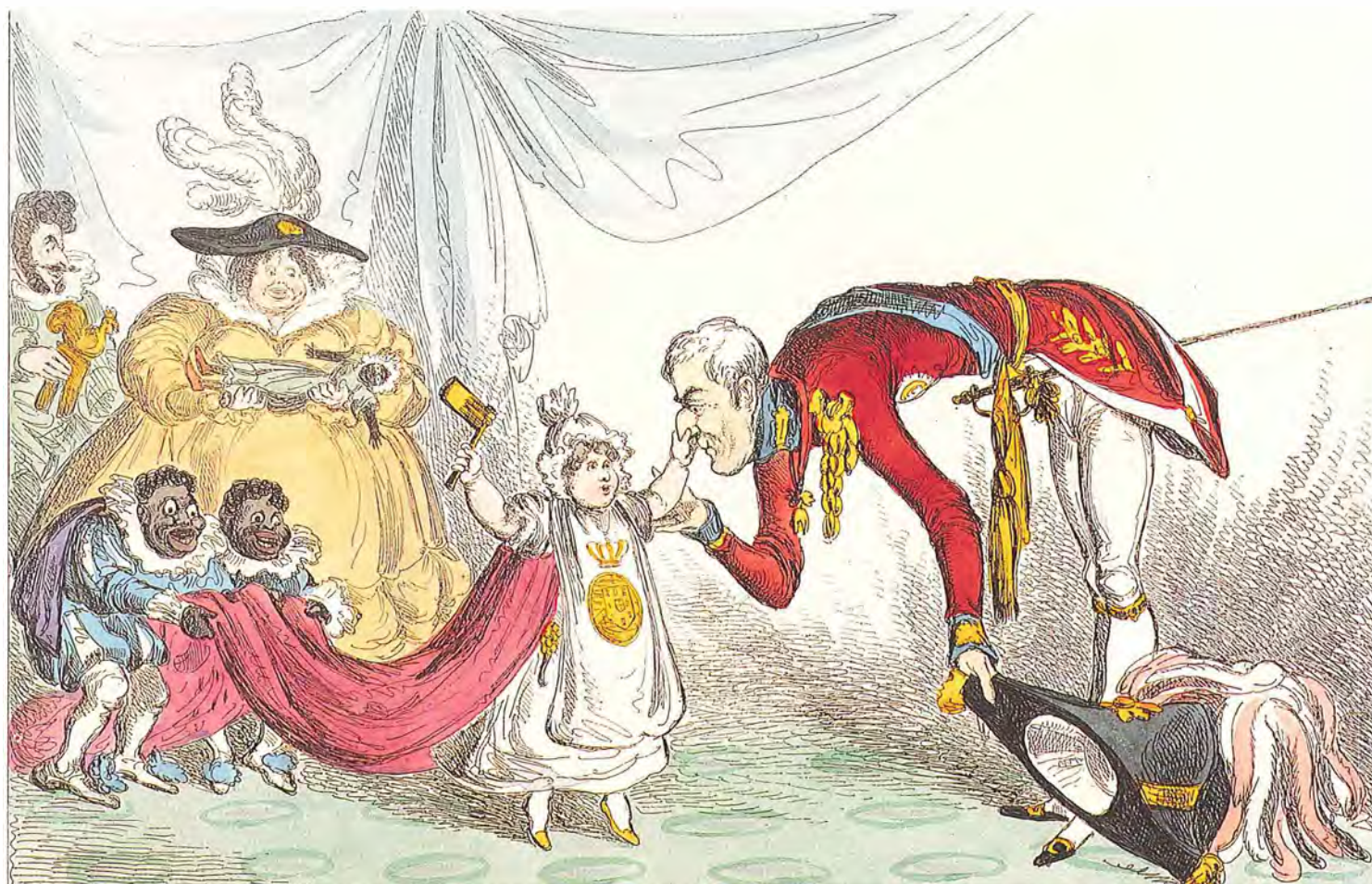
alguém que se julga arauto da modernidade no seio de uma sociedade retrógrada. Reconhece, é certo, as virtualidades de «*uma educação “portuguesa velha”* – assente nos *bons princípios de religião, de moral e de sãos elementos de instrução*»²⁹ –, mas cai na tentação de se julgar o criador do pensamento pedagógico português, ao afirmar que antes dele, apenas o quinhentista Diogo de Teive escrevera alguns versos de menor interesse sobre o preceptorado do aio de D. Sebastião: «*Exceptuadas algumas memórias sobre a educação física, não sei que tenhamos nada escrito nem de educação pública nem da particular: só do célebre Diogo de Teive nos ficaram poucos versos latinos sobre instituição de príncipes, cujo principal mérito todavia me parece consistir na casta latini- dade daquele ilustre professor*»³⁰.

Este trecho revela-nos o fraco conhecimento que Garrett possuía da bibliografia portuguesa sobre pedagogia existente na época³¹, embora ele jamais ouse reivindicar, em nenhum passo deste seu opúsculo, o estatuto de especialista na matéria, bem pelo contrário, chega mesmo ao ponto de o considerar não um tratado, mas sim um texto *chamente exposto e sem presunções de originalidade*, pedindo para ser *julgado* pela *recta razão e corações direitos* e não *examinado* pelos *sábios e grandes homens*³². A «ligeireza» de Garrett permite-lhe, por assim dizer, fazer tábua rasa de trezentos anos de pensamento pedagógico em Portugal, votando ao esquecimento cerca de cem educadores portugueses dos séculos xv a xviii – quase todos referenciados por Ferreira Deusdado³³ –, alguns deles autores de obras importantes no âmbito da ensaística sobre as ideias e práticas pedagógicas; a saber:

Vasco Fernandes de Lucena – *Instrução de príncipes*; D. Duarte – *Leal Conselheiro*; Infante D. Pedro – *Livro da Virtuosa Benfeitoria*; João de Barros – *Cartinha para aprender a ler* (1539); D. António Pinheiro Da [criação] dos príncipes

(c. 1540); Frei Heitor Pinto – *Imagem da vida cristã* (1563-1572); D. Jerónimo Osório – *De Regis institutione et disciplina* (1571); Francisco de Monzón – *Libro primero del espejo del principe christiano* (1571); Frei Pedro de Santa Maria – *Tratado da boa criação e polícia cristã em que os pais devem criar os seus filhos* (1633); António Carvalho de Parada – *Arte de reinar* (1643); Sebastião César de Meneses – *Suma política* (1650); Frei Manuel dos Anjos – *Política predicável* (1652); Frei Miguel Soares – *Serões do príncipe*; Frei Jacinto de Deus – *Braquilogia de príncipes* (1671); Alexandre Gusmão – *Arte de criar bem os filhos na idade de meninos* (1685); Frei João dos Prazeres – *Abecedário real* (1692); Martinho de Mendonça de Pina e Proença – *Educação de um menino nobre* (1734); Manuel de Andrade Figueiredo – *Nova escola*; Sebastião Pacheco Varela – *Número Vocal* (1702); Damião António de Lemos Faria e Castro – *Política moral e civil, aula da nobreza lusitana* (1749-1754); Fernando Pereira de Brito – *Arte directiva para a educação de filhos ingénuos* (1730-1740); Luís António Verney – *Verdadeiro método de estudar* (1746); João Rosado de Vila-Lobos e Vasconcelos – *Livro dos meninos em que se dão as ideias gerais e definições das coisas que os meninos devem saber* (1778); Luís Álvares Pinto – *Dicionário pueril para meninos* (1784); Daniel Dias de Sousa – *Nova escola de meninos* (1784); Frei Caetano Brandão – *Plano da educação dos meninos órfãos e expostos do seminário de S. Caetano* (1791); Jerónimo Soares Barbosa – *Escola popular das primeiras letras* (1796); Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses – *Dissertação sobre as obrigações do vassalo* (1819); Frei José da Virgem Maria – *Novo método de educar os meninos, principalmente nas vilas e cidades* (1815); Inocêncio de Miranda – *O cidadão lusitano* (1822); Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque – *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública* (1823).

«Majestade e Graça». Litografia satírica representando D. Maria II apertando o nariz ao Duke de Wellington. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (inv. 13750). Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.



O relativo desconhecimento de boa parte destas obras pedagógicas, aliado à atitude confiante do «estrangeirado» que menospreza o saber dos pedagogos seus antecessores, permite-lhe ver-se a si próprio como um mensageiro portador de novidades espantosas acabado de chegar à terra dos «cafres». Contudo, quando lemos com a devida atenção os conselhos que alinha – sem grandes preocupações metodológicas, assinale-se – no «tratado» *Da Educação*, logo percebemos o seu equívoco. A importância que confere aos cuidados com a

saúde e bem-estar do bebé³⁴, a condenação das práticas tradicionais de enfaixamento (nocivas ao crescimento dos recém-nascidos)³⁵, o aviso aos pais para serem pacientes e evitarem apressar o normal desenvolvimento dos seus filhos³⁶, a necessidade de clareza e concisão na aprendizagem da fala durante a puerícia³⁷, o cuidado posto na escolha dos brinquedos³⁸, a exigência de moderação nos afagos e castigos³⁹ e tantos outros assuntos conexos, surgem amiúde em muitas obras nacionais e estrangeiras editadas em Portugal na segunda metade do século XVIII⁴⁰.

Nas questões primordiais, como é o caso do empenho dos progenitores na educação das crianças⁴¹, da amentação materna e cuidados postos na escolha das amas⁴² ou da qualificação dos mestres⁴³, Garrett «fica-se pela rama», como sói dizer-se, permanecendo aquém, por exemplo, dos pedagogos Francisco Aires⁴⁴, Francisco de Melo Franco⁴⁵ e Martinho Mendonça de Pina e Proença⁴⁶.

O «tratado» *Da Educação*, parafraseando a lisonjeira menção feita – noutro contexto – por Ferreira Deusdado ao seu autor (tributária, acima de tudo, da memória do optimate liberal), não chega de facto a transpor o «pórtico do monumento educativo»⁴⁷.

Um dos aspectos «saudáveis» sempre presente no tirocínio proposto por Garrett é a perfeita consciência que ele tem da necessidade de pôr em prática as teorias pedagógicas com *moderação e prudência*, nomeadamente na puerícia (até aos sete anos de idade). A dureza da vida não se compadece com «lirismos» em matéria de educação; ou seja, a aprendizagem obriga ao estabelecimento de objectivos concretos que devem ser alcançados em determinadas fases do crescimento das crianças, sob pena de o ensino fracassar de maneira irremediável⁴⁸. Para alcançar esse desidério, Garrett aconselha os mestres a aproveitarem as situações do quotidiano para formarem o carácter dos seus pupilos durante a meninice⁴⁹, chegando ao ponto de os incitar a não esconderem totalmente as *misérias humanas*, pois, «*para a alma e para o corpo é desgraçadamente um veneno a experiência do mundo: mas é forçoso – ainda mal! – tomar-se este veneno; e para que não venha de golpe, tal que mate e arruíne de uma vez, dê-se em doses progressivas, – acostume-se a ele o estômago com a receita de Mitridates*»⁵⁰. Esta exigência de educar sem escamotear a realidade, implica ter a cora-



D. Maria da Glória, esboço por Domingos António de Sequeira. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia de José Pessoa / Divisão de Informação Fotográfica – Instituto Português de Museus.

gem de não enganar as crianças quando elas fazem perguntas embaraçosas, embora a verdade «nua e crua» possa ser envolta no «manto diáfano da fantasia». A curiosidade infantil sobre a concepção e o nascimento dos bebés, não deve ser ludibriada com as *petas insulsas* que dizem achar-se «os rapazes nos repolhos do quintal e as meninas entre as roseiras» (a cegonha e a prenda de Paris de há quarenta anos atrás), podendo

aproveitar-se essa ocasião para *enternecer* os meninos com os «trabalhos» da maternidade⁵¹.

A *indivisibilidade* das *três espécies capitais* da educação – física, moral e intelectual⁵² – não constituía propriamente uma novidade na altura – a máxima *mens sana in corpore sano* remonta ao século II⁵³ –, mas o ênfase colocado por Garrett na necessidade de infundir, desde a mais tenra idade⁵⁴, a noção de bem e de mal, assim como as virtudes cardiais, em particular a *justiça*⁵⁵, que comporta as demais e confere sentido ao dever de obediência filial⁵⁶, merece ser posto em evidência. O mesmo acontece com o rigor colocado na formação intelectual dos adolescentes⁵⁷, assunto que o preocupa sobremaneira neste «tratado» *Da Educação*⁵⁸. Mais conservadora é, sem sombra de dúvida, a forma como encara a educação do sexo feminino, onde decalca tudo aquilo que havia sido escrito pelos pedagogos setecentistas, em especial por Luís António Verney no *Verdadeiro método de estudar*⁵⁹ e pelo autor do opúsculo intitulado *Tratado sobre a igualdade dos sexos* (também conhecido por *Elogio do merecimento das mulheres*)⁶⁰. A aceitação sem reservas da reduzida importância da *educação intelectual* no ensino feminino⁶¹ sobrepõe-se à defesa da instrução para os dois sexos⁶² e ultrapassa os limites das diferenças biológicas que têm incidência na *educação física e moral*⁶³, já que releva de preconceitos de ordem social, aliás bem visíveis numa carta que enviou pouco antes de falecer (1/2/1854) à sua única filha (criança órfã de mãe e internada num convento):

«Eu não te quero para doutora, só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenhas modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu»⁶⁴.

No «tratado» *Da Educação*, redigido vinte e cinco anos antes, encontramos os «motivos» de Garrett para fazer semelhante pedido à pequena



D. Maria da Glória lendo a Constituição de Portugal. Biblioteca Nacional, Lisboa (inv. E 78 P).

Maria Adelaide, criança órfã de mãe por ele enclausurada nas paredes de um convento:

«Observai a sociedade em seu estado de decadência; e vereis nos países em que a civilização degenerou já em dissolução e se corrompeu – o homem assemelhado à mulher pela timidez e domesticidade, a mulher abandonando a domesticidade e o recato para se misturar nos prazeres tumultuários do outro sexo; – e a pretendida supremacia varonil reduzida a um nome vão e ridículo. A mulher deixa de ser mãe, para o que a natureza a formou; é erudita, é autora, é estadista é tudo menos mulher; com todos os vícios do nosso, não tem nenhuma das virtudes do seu sexo»⁶⁵.

Não admira que a filha de Garrett, ao contrário do seu pai, não tenha ficado com o seu nome «gravado a letras de ouro» na história da cultura portuguesa.

¹ Vide *O Recreio* («Jornal das Famílias») de Fevereiro de 1842 e o *Jardim das Damas* de Novembro de 1845.

² Vide Américo Pires de Lima, *Garrett educador*, Porto, Ed. Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1956, p. 27.

³ Vide Luiz Francisco Rebelo, *O teatro romântico (1838-1869)*, Ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve, série Literatura, Lisboa, 1980, pp. 73-92.

⁴ Vide *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional, 1906 (reedição fac-similada de 1995), tomo XVIII, p. 60.

⁵ Vide *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional, 1906 (reedição fac-similada de 1995), tomo XVIII, pp. 62-79.

⁶ Vide Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. I, pp. 193-194.

⁷ Poucos meses antes de falecer, num discurso pronunciado na Câmara dos Pares, admitiu – sem dúvida com maior serenidade e sentido das proporções – o valor dos docentes da «Lusa Atenas», afirmando o seguinte: «E salvo o devido respeito, que sinceramente consagro a todos os que exercem a nobre e sagrada profissão do magistério, com todo o acatamento, gratidão e filial amor, que devo à alma mater, que me criou, a nossa veneranda Universidade de Coimbra, da qual, por mais que se diga, e apesar dos defeitos que, em sua instituição, reconheço, não pode negar-se que seja a única, verdadeira e completa instituição, que temos de ensino superior». In Almeida Garrett, «Discussão da resposta ao discurso da coroa. Sessão da Câmara dos Pares, em 10 de Fevereiro de 1854 – Estado da administração pública», in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. IV, p. 334.

⁸ Vide Américo Pires de Lima, *Garrett educador*, Porto, Ed. Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1956, p. 16.

⁹ «Também é uma obra de misericórdia, assim como é uma obrigação social, o ensino público. Odenou-o o Evangelho, prometeu-o e garantiu-o a constituição do Estado; a civilização e o progresso material mesmo, inseparável, por mais que digam e pensem, do progresso intelectual e moral, exigem imperiosamente que se dilate a sua base, que se rectifiquem os seus princípios, e não menos que se regule e fiscalize a sua administração». In Almeida Garrett, «Discussão da resposta ao discurso da coroa. Sessão da Câmara dos Pares, em 10 de Fevereiro de 1854 – Estado da administração pública», in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. IV, pp. 333-334.

¹⁰ Almeida Garrett, *Da Educação. Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa*, in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. III, p. 179.

¹¹ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, op. cit., p. 172.

¹² «Após o cerco do Porto, D. Pedro IV nomeou uma comissão para estudar a tão necessária reforma desses serviços. Secretário dessa Comissão (e único elemento activo dela), foi o nosso grande educador. Dos seus estudos e meditações, resultou um plano magistral, que os governos do tempo, preocupados e absorvidos por tarefas muito mais importantes, desprezaram e deixaram cair no esquecimento. Só Passos Manuel, na sua breve ditadura, pôs em execução alguns pontos desse plano, tão minucioso e completo para o tempo...». In Américo Pires de Lima, *Garrett educador*, Porto, Ed. Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1956, pp. 17-18.

¹³ Vide Almeida Garrett, «Plano de Reforma Geral dos Estudos. Extraído da "Crónica Constitucional de Lisboa", nº 77, de Quarta-feira 2 de Abril de 1834. Ministério do Reino – Reforma Geral dos Estudos», in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. VI, pp. 103-108.

¹⁴ In Almeida Garrett, «Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico – Representativo em Portugal. Causas-Fins-Organização» (Cap. II, art. 2º), in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. VI, p. 238.

¹⁵ «O fim geral da educação é fazer um membro útil e feliz da sociedade. O objecto da educação é formar o corpo, o coração, e o espírito do educando». In Almeida Garrett, «Da Educação. Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa», in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1983, vol. III, p. 184.

¹⁶ In Almeida Garrett, *Da Educação...*, op. cit., p. 277.

¹⁷ «O objectivo geral é maximizar o prazer [...]. A fórmula a maior felicidade para o maior número de pessoas, exprime este objectivo. O círculo de reformadores sociais, políticos e jurídicos que surgiram em torno de Bentham apoiava-se nesta fórmula para preconizar a necessidade de mudanças na organização da sociedade». In VV. AA., *Utilitarismo. Dictionnaire de la pensée politique. Hommes et idées*, Paris, Ed. Hatier, col. J. Brémond, 1989, p. 808.

¹⁸ In Almeida Garrett, *Da Educação...*, op. cit., p. 279.

¹⁹ In Almeida Garrett, *Da Educação...*, op. cit., p. 277.

²⁰ Vale a pena conhecer os números: em 1890 existiam 4.117.145 cidadãos portugueses com mais de sete anos, dos quais 3.129.386 eram analfabetos. A taxa de analfabetismo atingia 67% no sexo masculino e 83% no feminino. Vide *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, Parte I, p. XXII.

²¹ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, op. cit., p. 279.

²² Op. cit., pp. 173-174.

D. Pedro e D. Maria da Glória Jurando a Carta Constitucional. Desenho de Domingos António de Sequeira. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia de José Pessoa /Divisão de Informação Fotográfica - Instituto Português de Museus.



REYES CONTEMPORÁNEOS



Disegno de Salvatore Gatti y Cia

Lit. de S. M. de S. M.

MARIA DE LA GLORIA.  REINA DE PORTUGAL.

D. Maria II sentada no trono com a Carta Constitucional de 1820. Biblioteca Nacional, Lisboa (inv. E 80 P).

²³ *Op. cit.*, pp. 168-169.

²⁴ *Op. cit.*, p. 169.

²⁵ *Op. cit.*, pp. 240-241.

²⁶ *Op. cit.*, p. 196.

²⁷ *Op. cit.*, p. 169.

²⁸ Vide Manuel Filipe Canaveira, «Ortografia, ou a arte de pronunciar com acerto», artigo publicado no *Jornal de Letras* de 30/7/1991, p. 11.

²⁹ In Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, p. 182.

³⁰ *Op. cit.*, p. 173.

³¹ A extensão da bibliografia estrangeira também não é famosa, resumindo-se ao *Emílio* (1762) de Rousseau, ao *Del'éducation des femmes* (1824) de Madame Campan (Jeanne-Marie-Henriette Genest, mestra das filhas de Luís XV) e a brevíssimas referências a Aristóteles, Plutarco, Fénelon, Rollin, Helvécio, Kant, Locke e Condillac. Em *Educadores Portugueses*, Ferreira Deusdado afirma que Garrett conheceu o *Discours sur la suppression des couvents de religieuses et l'éducation publique des femmes* (1791) de Madame Genlis, mas sublinha que ele ignorou a tradução portuguesa desta obra editada em 1795 pela Régia oficina Tipográfica, com o título *Adela e Teodora, ou cartas sobre a educação*. Vide Ferreira Deusdado, *Educadores portugueses*, Porto, Ed. Lello & Irmão, 1995, p. 362.

³² In Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, p. 183.

³³ Vide Ferreira Deusdado, *Educadores portugueses*, Porto, Ed. Lello & Irmão, 1995, pp. 255-360.

³⁴ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 207 e 209.

³⁵ *Op. cit.*, p. 212.

³⁶ *Op. cit.*, p. 211.

³⁷ *Op. cit.*, pp. 213-214.

³⁸ *Op. cit.*, p. 211.

³⁹ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 208-209 e 218. Sobre a necessidade de moderação nos castigos infligidos às crianças pronunciou-se, nos finais do século XVIII, o tradutor de uma das edições portuguesas setecentistas das *Aventuras de Telémaco* de Fénelon. Vide *Aventuras de Telémaco, traduzidas em verso português, a que se juntam algumas notas mitológicas e alegóricas para inteligência do poema. Dedicado ao sereníssimo príncipe do Brasil*, Ed. Oficina de Francisco Luís Ameno, tradução de Joaquim José Caetano Pereira de Sousa (2 vols.), Lisboa, 1788, vol. 1, p. 32.

⁴⁰ A publicação de livros sobre a educação infantil em Portugal nas últimas décadas de Setecentos era bastante corrente. Em 1767 saiu do prelo *A aia vigilante ou reflexões sobre a educação de meninos desde a infância até à adolescência* de Joana Rousseau de Villeneuve (obra prefaciada e elogiada por Frei Manuel do Cenáculo, mestre do príncipe D. José) e no ano de 1787, a expensas da Academia Real das Ciências de Lisboa, o que é significativo, imprimiu-se o *Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos*, traduzido do francês por Luís Carlos Moniz.

⁴¹ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 176-177.

⁴² Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 205-206. Em meados do século XVIII, o publicista político António Carvalho de Parada escreve algo de semelhante quando defende a amamentação materna e recomenda a escolha das amas entre pessoas de *qualidade, virtude e valor, que de alguma maneira possam suprir a falta da própria mãe*. In António Carvalho de Parada, *Arte de Reinar*, Bucelas 1644, Livro I, Discurso VII.

⁴³ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 186 e 233.

⁴⁴ *Finalmente não façam os pais pouco caso da criação e bons costumes dos filhos, pois é o mais rico tesouro que lhes podem deixar, e vale mais que todos os haveres do mundo...* In Francisco Aires, *Regimento espiritual para o caminho do Céu*, Ed. Oficina Creasbekiana, Lisboa, 1654, p. 23.

⁴⁵ *A mulher que se eleger para ama, deve ser a mais semelhante, que for possível, à própria mãe, não digo só no génio, e temperamento, mas também no género de vida. Vulgarmente se assesta, que uma mulher do campo, robustíssima, e criada com trabalhos pesados, é a melhor ama, sem se atender à criança que tem de criar: Para conhecer que isto não é verdadeiro em toda a sua extensão, basta ver que o filho de uma tal mulher em nada se parece com o de uma criada nas grandes cidades, e muito menos com o de uma senhora de qualidade.* Vide Francisco de Melo Franco, *Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa*, Lisboa, Ed. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 52.

Em meados do século XVIII o publicista político António Carvalho de Parada escreve algo de semelhante, recomendando a escolha das amas entre pessoas de «*qualidade, virtude e valor, que de alguma maneira possam suprir a falta da própria mãe*». In António Carvalho de Parada, *Arte de Reinar*, Bucelas, 1644, Livro I, Discurso VII.

⁴⁶ «*A ciência, e a arte, que eu desejaria num mestre, é a ciência do conhecimento do mundo, e a arte de tratar os homens, e aquela graça urbana, que se não estuda nos livros, e só se adquire com o trato da gente, assistência das cortes, ou terras polidas para que o seu exemplo desterrasse do discípulo todo o ar, e ressaído da escola, e toda a melancolia, dureza, e grosseira inadvertência, que origina a meditação profunda, e os contínuos estudos*». In Martinho Mendonça de Pina e Proença, *Apointamentos para a educação de um menino nobre*, Porto, Ed. Oficina Francisco Mendes de Lima, 1761, pp. 132-133.

⁴⁷ Vide Ferreira Deusdado, *Educadores portugueses*, Porto, Ed. Lello & Irmão, 1995, p. 363.

⁴⁸ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, p. 215.

⁴⁹ *Op. cit.*, pp. 220-221.

⁵⁰ *Op. cit.*, pp. 186-187.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 223.

⁵² *Op. cit.*, pp. 175 e 185.

⁵³ In Juvenal, *Sátiras*, X, vs. 356.

⁵⁴ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 215 e 218-219.

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 187.

⁵⁶ *Op. cit.*, p. 189.

⁵⁷ Garrett publica em apêndice um quadro intitulado *Divisão Climatérica da Vida Humana*, inspirado no *Andrómetro* do inglês William Jones, que traça o percurso da vida humana até aos 105 anos de idade. O primeiro período, designado de *termo crescente* é o que mais importa do ponto de vista pedagógico, pois cobre praticamente as três primeiras décadas da existência do indivíduo. Neste fase inicial, onde tem lugar a chamada *educação própria*, incluem-se a *meninice* (termina aos sete anos e abrange a *infância e puerícia*), a *adolescência* (até aos catorze), a *puberdade* ou *nubilidade* (dos 15 aos 21) e, por último, a *mocidade* (dos 22 aos 28). Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 300-301.

⁵⁸ *Op. cit.*, pp. 175-176.

⁵⁹ Vide Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa Editora, col. Clássicos Sá da Costa, 5 vols., 1952, vol. V, pp. 123-148.

⁶⁰ Vide *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional, 1906 (reedição fac-similada de 1995), tomo XX, p. 296 (n.º 539).

⁶¹ Vide Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, pp. 279 e 281.

⁶² *Op. cit.*, pp. 274-275.

⁶³ *Op. cit.*, pp. 175 e 177.

⁶⁴ In Américo Pires de Lima, *Garrett educador*, Porto, Ed. Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1956, p. 17.

⁶⁵ In Almeida Garrett, *Da Educação...*, *op. cit.*, p. 269.